



Peronismo, marxismo e libertação nacional nas teses de Rodolfo Puiggrós

Tiago Soares Nogara¹
Fernanda Moreira Lins²

Resumo

Célebre historiador e militante marxista, Rodolfo Puiggrós foi elemento central da conformação da chamada esquerda nacional argentina, que aliou a manutenção da compreensão materialista dialética da realidade com a aproximação política do movimento peronista. O artigo visa analisar o sentido de sua singular interpretação marxista da realidade argentina, e a forma como, a partir dessa, teceu críticas e formulou alternativas às orientações das demais correntes da esquerda tradicional.

Palavras chave: Rodolfo Puiggrós, Peronismo, Marxismo, Esquerda nacional, Argentina.

Peronismo, marxismo y liberación nacional en las tesis de Rodolfo Puiggrós

Resumen

Célebre historiador y militante marxista, Rodolfo Puiggrós fue un elemento central en la configuración de la llamada izquierda nacional argentina, que combinó el mantenimiento de la comprensión materialista dialéctica de la realidad con el enfoque político del movimiento peronista. El artículo se propone analizar el sentido de su singular interpretación marxista de la realidad argentina, y la forma en que, a partir de ella, tejió críticas y formuló alternativas a las orientaciones de las demás corrientes de la izquierda tradicional.

Palabras clave: Rodolfo Puiggrós, Peronismo, Marxismo, Izquierda nacional, Argentina.

Peronism, Marxism and national liberation in Rodolfo Puiggrós' theses

Summary

Renowned historian and Marxist militant, Rodolfo Puiggrós was a central element in shaping the so-called Argentine national left, which combined maintaining the dialectical materialist understanding of reality with the political approach of the Peronist movement. The article aims to analyze the meaning of his unique Marxist interpretation of Argentine reality, and the way in which based on that, he criticized and formulated alternatives to the orientations of the other currents of the traditional left.

Key words: Rodolfo Puiggrós, Peronism, Marxism, National left, Argentina.

¹ Universidade de São Paulo. Contato por: tiagosnogara@gmail.com

² Contato por: fernanda.9990.l@gmail.com

1. Introdução

A disseminação das correntes políticas e do método de análise marxistas na América Latina foi e é, indubitavelmente, marcada pela pluralidade de concepções e vertentes interpretativas. Particularmente, o debate acerca do caráter a ser assumido pela luta revolucionária nos países latino-americanos passou, ao longo do século XX, pelas discussões concernentes à natureza de movimentos populares e nacionalistas, como os dirigidos por Juan Domingo Perón, Getúlio Vargas, Cárdenas, entre outros, e teve especiais implicações políticas para as estratégias que vieram a ser assumidas pelos partidos socialistas e comunistas da região. Dentro dessa farta e ampla discussão, posturas de antagonismo, conciliação e até superação desses movimentos pautaram os embates teóricos, transpostos também para o ambiente prático, sendo as formulações do historiador e militante comunista argentino Rodolfo Puiggrós algumas de suas mais ilustres contribuições.

O artigo a seguir visa introduzir as elaborações teóricas de Rodolfo Puiggrós sobre o desenvolvimento das contradições políticas e sociais na história argentina, e a forma como sua análise contribuiu para solidificar uma interpretação marxista original sobre a natureza dos movimentos nacional-populares e anti-imperialistas, especificamente do yrigoyenismo e, com ainda maior profundidade, do peronismo. Cabe mencionar que, para além de sua relevância interpretativa, teórica e metodológica, o pensamento de Puiggrós – crítico ao idealismo predominante nas orientações políticas da esquerda tradicional, socialista e comunista, de seu país - também exerceu relevante influência no processo de formatação da chamada *esquerda nacional* argentina (FRIEDEMANN, 2014, 2017, 2018; CAVIASCA, 2012; HERRERA, 2009).

Para abordar o conjunto dessas temáticas, o artigo sistematizará as principais teses expostas pelo autor em sua obra-prima, *Historia crítica de los partidos políticos argentinos*, composta por cinco volumes, com conclusões, ao nosso ver, intrinsecamente relacionadas com o conjunto das movimentações de sua trajetória política e intelectual. De forma a contribuir para a leitura e reflexão de leitores interessados nas formulações teóricas marxistas propriamente latino-americanas, mas não familiarizados com os principais acontecimentos políticos argentinos, utilizaremos, por diversas vezes ao longo do artigo, os recursos da breve contextualização de algumas questões em notas de rodapé ou no próprio corpo do texto.

O artigo se dividirá em quatro etapas. Primeiramente, será exposta breve recapitulação da trajetória política e intelectual de Rodolfo Puiggrós. Num segundo momento, se discutirão, em duas seções, os fundamentos de sua análise das contradições fundamentais da sociedade

argentina, desenvolvidas no conjunto de *Historia crítica de los partidos políticos argentinos*, e a forma como incidiram sobre a sua compreensão acerca da natureza e dos limites de movimentos populares como o yrigoyenismo e o peronismo. Por fim, apresentaremos os meios pelos quais essa leitura sobre os fenômenos históricos argentinos se materializou em robustas críticas ao liberalismo e à ortodoxia dos socialistas e comunistas argentinos, por um lado, e na contribuição às teses da ala esquerda do movimento peronista, a chamada *esquerda nacional*, por outro.

2. A trajetória política de Rodolfo Puiggrós

Antes de passar para a análise das principais teses expostas por Puiggrós em *Historia crítica de los partidos políticos argentinos*, uma breve recapitulação de sua trajetória de atuação política e intelectual é de fundamental importância. Isso porque tanto sua crítica às análises tradicionais sobre a política argentina quanto àquelas dirigidas aos sustentáculos teóricos e metodológicos dos dirigentes socialistas e comunistas partem, sem dúvidas, do imperativo da busca pela plena formatação de uma teoria revolucionária, que, a partir da aplicação do método materialista dialético, fosse capaz de encaminhar a Argentina para sua plena libertação nacional. Verificando o conjunto da trajetória do autor, torna-se mais evidente o fato de sua construção intelectual alinhar-se a um *continuum* (FRIEDEMANN, 2014), no qual tanto sua atuação no Partido Comunista quanto sua posterior aproximação com o peronismo não constituem fases antagônicas da edificação de seu pensamento político, mas, pelo contrário, respondem à sua plena convicção nas teses que, com base no marxismo, desenvolveu sobre a realidade argentina.

Nascido em 19 de novembro de 1906, na cidade de Buenos Aires, Rodolfo Puiggrós passou, ainda jovem, a ajudar seu pai na administração do pequeno negócio da família, *Puiggrós y Cía*, o que somado aos incentivos paternos levou-o a ingressar na faculdade de Economia da Universidade de Buenos Aires (UBA), embora não a tenha concluído. Por volta de seus 18 anos, viajou à Europa e à União Soviética em um período de plena consolidação do bolchevismo, experiência que marcou a sua jornada intelectual e política. Ao retornar à Argentina, ficou mais próximo às discussões do Partido Comunista, e iniciou seus trabalhos jornalísticos, fundando a revista *La Brújula*, da qual foi diretor entre 1928 e 1932 (CARNELLI; LE BOZEC, 2009).

Sua proximidade com as discussões marxistas foi ampliada durante sua passagem por Rosário, para onde foi enviado pela família para gerir uma sucursal da empresa do pai. Lá,

teve importantes contatos com o militante anarquista Diego Abad de Santillán, com o pintor Antonio Berni, simpatizante anarquista que depois se filiaria ao Partido Comunista, e com o historiador Eduardo Astesano, militante comunista (PUIGGRÓS, 2010). Também em Rosário, assumiu a função de jornalista no Rosario Gráfico, com o pseudônimo Facundo, se filiou ao Jockey Club e se vinculou à Federação Agrária Argentina, com a qual rompeu após o posicionamento da agremiação perante o golpe contra Yrigoyen, em 1930. Como destacou Friedemann (2014, p. 26), a passagem por Rosário constituiu “um ponto de inflexão importante na trajetória e maturidade de Rodolfo Puiggrós”, já que lá “terminou de desentender-se com a vida empresarial estimulada por seu pai, conheceu Berni e Astesano, descartou uma possível participação orgânica no anarquismo, se aproximou da problemática agrária a partir de um ponto de vista militante, assumiu o ofício de jornalista e desenvolveu sua formação autodidata”.

Retornando a Buenos Aires e filiando-se ao Partido Comunista, foi editor do jornal *Crítica*, entre 1938 e 1955, e diretor da revista comunista *Argumentos*, entre 1938 e 1941, em que se formou a obra de um primeiro grupo de historiadores do partido, composto por figuras como Puiggrós, Eduardo Astesano, Alberto Mendoza, Bernardo Kordon e Carlos Cabral (MYERS, 2002). Nessa última, expôs suas teses sobre o caráter feudal dos modos de produção instalados na América Ibérica colonial, ideia que futuramente renderia importante debate com André Gunder Frank nas páginas do semanário *El Gallo Ilustrado*, na década de 1960. Essas ideias foram sistematizadas no livro de Puiggrós *De la colonia a la revolución*, de 1950, rememorando argumentos já esboçados em *Los caudillos de la Revolución de Mayo* (PUIGGRÓS, [1942] 1971) e *Rosas el pequeño* (PUIGGRÓS, [1944] 1953) – sempre prezando por identificar as particularidades das formações econômico-sociais as quais analisava. Cabe mencionar que, conforme notou Acha (2006), se até 1955 a produção intelectual de Puiggrós esteve estreitamente associada à análise do período colonial e dos acontecimentos do século XIX na Argentina, a partir de então foram elaboradas suas principais obras críticas aos posicionamentos das esquerdas tradicionais.

As consequências da implantação do regime militar em 1943 tiveram um grande impacto na vida política e intelectual de Puiggrós, afinal passaram a surgir divergências nas fileiras do Partido Comunista com respeito aos posicionamentos a serem adotados perante a crescente preponderância da influência que Perón exercia sobre os trabalhadores argentinos. Se a direção partidária e as esquerdas em geral caracterizavam Perón e o conjunto do regime militar como nazifascistas e aludiam à aliança com as oligarquias agroexportadoras em defesa das instituições democráticas, um grupo minoritário percebia no embrionário peronismo

elementos de um legítimo e original movimento popular, cujos rumos deveriam ser disputados pelos marxistas, perspectiva compartilhada por Puiggrós.

Nos preparativos para o XI Congresso do Partido Comunista, a ser realizado em agosto de 1946, uma célula de trabalhadores ferroviários, com sede em Constitución, acusou a direção partidária de adesão às teses browderistas – acusação que contou com apoio de Puiggrós, Eduardo Astesano, Manuel Sadosky e Gregorio Lebenson (FRIEDEMANN, 2014). Essencialmente, indicavam que a adesão massiva da classe trabalhadora a Perón respondia ao abandono das lutas reivindicativas pelos comunistas, que, embasados no browderismo, submetiam o conjunto de suas movimentações à manutenção da aliança antifascista (SCHULMAN, 2001). Consequentemente, a direção partidária os acusou de conspiração, impedindo-os de concretizar manifestações no XI Congresso e, logo em seguida, expulsando seus líderes, acusados de fracionismo. Nessa mesma esteira, o partido expulsou Rodolfo Puiggrós, acusado de indisciplina e traição, após a ala dissidente do partido financiar a sua viagem e a de um dirigente ferroviário ao Brasil, onde entrevistariam Luis Carlos Prestes (FRIEDEMANN, 2014). Posteriormente, a luta interna pela orientação a ser assumida pelo PC diante da ascensão peronista também gerou a expulsão de um de seus principais dirigentes, Juan José Real, em 1953, acusado de desviar a linha partidária em direção ao “nacionalismo burguês” (JÁUREGUI, 2012).

Após a sua expulsão, Puiggrós ajudou na conformação do *Movimiento Obrero Comunista* (MOC), cujo jornal, *Clase Obrera*, dirigiu de 1946 até 1955. Evidentemente, esse movimento não representou uma ruptura com a identidade comunista, uma vez que conservou as bases doutrinárias do marxismo-leninismo, buscando adaptá-las a uma coerente compreensão da realidade nacional argentina. Os vínculos de Puiggrós com o peronismo se aprofundaram, e sintoma disso foi a adesão do MOC ao *Instituto de Estudios Económicos y Sociales* (IEES)³, que visava aproximar as esquerdas e o peronismo, reunindo dissidentes socialistas⁴ e comunistas alinhados à perspectiva da libertação nacional. No entanto, as divergências entre as distintas correntes do IEES, especialmente entre as correntes de tradição

³ O IEES foi criado em 1950, e, através das suas atividades, sobretudo das análises desenvolvidas em seu jornal oficial, o *Argentina de Hoy*, produziu significativo laboratório de ideias em favor de projeto político que apoiasse o governo peronista a partir de um ideário de esquerda sensível à questão nacional (HERRERA, 2009). Nas palavras de Perón, em entrevista ao *Argentina de Hoy*, em outubro de 1951, definiu o IEES da seguinte forma: “com seu trabalho (...), vocês estão realizando um movimento paralelo ao do partido peronista: nós doutrinamos os que estão nas nossas fileiras, vocês os que estão fora delas” (PERÓN *apud* HERRERA, 2009, p. 90).

⁴ Incorporando figuras como Jorge Abelardo Ramos, o Instituto viria a ter papel de destaque na criação do Partido Socialista de la Revolución Nacional (PSRN). Fundado em 1953 enquanto Partido Socialista, disputou a personalidade jurídica e os símbolos do velho socialismo, mas terminou agregando ao nome a continuação “de la Revolución Nacional” (HERRERA, 2009). Reuniu, nas suas fileiras, figuras significativas da esquerda argentina, como Esteban Rey, Jorge Abelardo Ramos e Nahuel Moreno (HERRERA, 2011).

trotskista e comunista, levaram à expulsão do MOC (FRIEDEMANN, 2014). Ainda assim, Puiggrós manteve proximidade com Perón, mesmo após o golpe de 1955, trocando correspondências durante o exílio do ex-presidente em Madri.

Como assinalou Caviasca (2012), o golpe de Estado de 1955 pôs fim à dissidência comunista dirigida por Puiggrós, quem, após algumas tentativas de reorganizá-la, resignou-se, gradual e lentamente, com a posição de intelectual de esquerda vinculado ao movimento peronista, somando-se aos que apostavam na constituição de uma ala esquerda orgânica e atuante no seio do movimento. Após adesão às movimentações da chamada resistência peronista, se exilou no México em 1961 (PUIGGRÓS, 2010), diante da perseguição política. Ainda na década de 1950, esteve na Bolívia e no Peru, onde manteve as tarefas jornalísticas e exerceu atividade docente na Universidade de San Marcos, peruana, e na Universidade de San Janvier, boliviana (CARNELLI; LE BOZEC, 2009). Em 1956, retomou suas obras de história, publicando a primeira versão de *Historia crítica de los partidos políticos en la Argentina*, obra que ainda passou por modificações na década de 1960. No exílio mexicano, foi cofundador do jornal *El Día* e passou a trabalhar na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), onde lecionou sobre história e filosofia (ACHA, 2006) e publicou notáveis textos sobre os modos de produção na América Latina, que ensejaram o já referido debate com André Gunder Frank. Esse debate foi de suma importância, pois contribuiu para demarcar determinadas distinções da crítica marxista de Puiggrós daquelas que viriam a se aglutinar, posteriormente, no conjunto das Teorias da Dependência, revelando as evidentes diferenças de concepção entre ambas sobre a relação dialética entre as causas externas e internas, e a forma como se estabeleceram na América Latina.

Puiggrós retornou à Buenos Aires em 1965, e, no ano seguinte, fundou, junto dos ex-companheiros do MOC, o Club Argentina 66, que logo teria suas atividades interrompidas pelo governo de Onganía. Dando sequência à sua obra magna, *Historia crítica de los partidos políticos argentinos*, publicou os volumes *Las izquierdas y el problema nacional*, em 1967, e *El peronismo: sus causas*, em 1969, finalizando o texto. A proximidade com Perón se manteve, e Puiggrós chegou a viajar diversas vezes para encontrá-lo em Madri, após 1964, chegando inclusive a representá-lo na posse de Salvador Allende, no Chile, em 1970 (FRIEDEMANN, 2014). As boas relações levaram a que o ex-presidente escrevesse o prólogo da segunda edição do quinto volume de *Historia crítica de los partidos políticos en la Argentina* – que agregava o texto *El peronismo: sus causas* – bem como criar, junto de Puiggrós, o *Movimiento de Solidaridad Latinoamericana* (MASLA), no qual Perón exerceu a presidência e Puiggrós, a secretaria geral (CARNELLI; LE BOZEC, 2009).

Em 1972, Puiggrós se filiou ao Partido Justicialista, e, com a eleição de Héctor Cámpora, foi nomeado reitor da Universidad de Buenos Aires (UBA), por influência de Perón. Além disso, sob a sua coordenação, a UBA passou a se denominar Universidad Nacional y Popular de Buenos Aires (CARNELLI; LE BOZEC, 2009). No entanto, sua gestão durou apenas quatro meses, apesar do apoio de importantes setores das juventudes partidárias, especialmente da *Juventud Universitaria Peronista* (JUP), e demais setores da esquerda nacional (TORTORELLA, 2008). Com a radicalização do clima político na Argentina, Rodolfo Puiggrós veio a aparecer na lista de condenados à morte do grupo da Triple A, ao tempo em que a repressão atingia as universidades, tanto com intervenções do governo quanto com os sequencias atentados dos grupos de extrema-direita contra docentes, estudantes e militantes políticos (FRIEDEMANN, 2017). Assim, dirigiu-se para o seu segundo exílio no México, acompanhado de sua filha. Sergio, seu filho, seguiu na Argentina e aderiu à clandestinidade na condição de comandante *montonero*, acabando por falecer após confronto com o contingente do exército, em junho de 1976 (FRIEDEMANN, 2014).

No México, Puiggrós voltou a colaborar com o jornal *El Día* e lecionar na UNAM. Assumiu função de Secretário de Relações Internas do Comitê de Solidariedade com o Povo Argentino (COSPA), órgão dirigido pelos Montoneros. Em 1977, lançou o Movimento Peronista Montonero, em Roma, no qual dirigiria a ala de profissionais, intelectuais e artistas, marcando sua adesão ao agrupamento do qual seu filho foi dirigente. Nesse movimento, agregaria personalidades como Juan Gelman, Pedro Orgambide, Norman Brisky e Silvia Berman, aos quais se somariam posteriormente Pino Solanas, Rodolfo Walsh, Miguel Bonasso, Héctor Hoesterheld, Paco Urondo e outros (CAVIASCA, 2012). Consequentemente, viajou pelo mundo em contato com exilados e denunciando o terrorismo de Estado praticado pela ditadura argentina, o que lhe rendeu, junto de seu histórico militante, a presença na lista negra de artistas, intelectuais e profissionais elaborada pelo regime (FRIEDEMANN, 2014). Com problemas de saúde, foi internado em Havana, em 1980, onde acabou falecendo, aos 73 anos de idade.

3. As contradições fundamentais da sociedade argentina

No conjunto de *Historia crítica de los partidos políticos argentinos*, percebe-se o esforço do autor para, em cada período histórico específico, evidenciar a contradição fundamental que impulsionava as principais movimentações políticas da sociedade argentina. Assim, aparecem em três etapas: a contradição, durante o período colonial, entre a

dependência administrativa com a Espanha e as vinculações vitais das colônias com o mercado capitalista mundial para além dos domínios espanhóis; a contradição, após a independência, entre as províncias do interior e Buenos Aires, persistente até o episódio da federalização de Buenos Aires, em 1880; e a contradição, preponderante com a ascensão das relações de produção capitalistas no país, entre o autodesenvolvimento nacional e as ingerências e interesses do imperialismo estrangeiro, sustentados pelas classes sociais argentinas dele dependentes. Vejamos, portanto, a evolução e as bases de cada umas das contradições.

Abordando o período colonial, Puiggrós (1986a, p. 55) resgatou brevemente as teses que desenvolveu anos antes em *De la colonia a la revolución*. Assim, afirmou que, quando da conquista do Novo Mundo, a Espanha não estava em condições de criar entre ela e as colônias, ou entre as próprias colônias, uma comunidade resultante no desenvolvimento de ambas. Dessa forma, desde o início, empregou nos domínios coloniais a violência de seu aparato burocrático-militar, a ser superado com o irrompimento das revoluções independentistas. Estas, sob influência das revoluções burguesas da Inglaterra, França e Estados Unidos, responderam, na ótica do autor, à resolução da contradição fundamental que se estabeleceu progressivamente nas sociedades coloniais hispano-americanas, entre a dependência administrativa perante os espanhóis e a vinculação vital com o mercado capitalista mundial, para além da Espanha.

Particularmente na Argentina, indica que a contradição foi resolvida em duas etapas. Primeiramente, com a destruição do monopólio mercantil espanhol, por meio da *Representación de los Hacendados*, texto emitido por Mariano Moreno, ensejando o não reconhecimento dos direitos da Espanha para governar o Novo Mundo, e, enfim, pela construção, por Juan José Castelli, dos fundamentos jurídicos de um governo autônomo. Em um segundo momento, pela concretização e desfecho da Guerra de Independência (1810), na qual San Martín dirigiu a materialização dos planos patrióticos e, junto das revoltas espontâneas das massas, lideradas por caudilhos locais, evitou a restauração monárquica e espanhola. Como bem destacou, a revolução teve como vetor predominante a busca da organização de nações independentes, nas condições da ascensão do capitalismo em escala mundial, visando, conseqüentemente, a transformá-las em um sentido capitalista.

Findo o processo de independência política, prontamente se materializaria nova contradição fundamental na sociedade argentina, mediante a relação dialética entre as causas externas e internas, esboçada brevemente no antagonismo entre saavedristas e morenistas, logo após 1810, e prolongadamente assumida no conflito entre unitários e federais

(PUIGGRÓS, 1986a, p. 121). A Inglaterra teve papel crucial na formatação dessa contradição, exercendo dupla influência sobre as transformações econômico-sociais ocorridas em parte do século XIX: por um lado, suas mercadorias baratas, abundantes e de superior qualidade desalojavam as antigas produções artesanais e relativamente atrasadas; por outro, sua demanda de alimentos e matérias-primas estimulava as atividades pecuárias da zona bonaerense. Logo, os interesses ingleses foram antagonizados pelas classes sociais inerentes aos antigos modos de produção pré-capitalistas preponderantes, e apoiados pelos pecuaristas e comerciantes que enriqueciam vinculados a eles (PUIGGRÓS, 1986a, p. 58). Se os pecuaristas e comerciantes bonaerenses daí se constituíram na base interna de sustentação do capital inglês, o restante da sociedade impôs hostilidade a essa causa externa, ensejando contradição que apareceria na forma das disputas entre as províncias do interior e Buenos Aires, entre unitários e federais, acarretando as guerras civil e desorganização nacional:

Cada um propunha a organização do país à sua maneira. Os unitários representavam a burguesia comercial da cidade de Buenos Aires, com sua rede de agentes e varejistas do interior, e, na luta mal sucedida contra as *montoneras*, tinham o apoio dos chefes dos exércitos que permaneceram após a Guerra de Independência e se desintegraram após a guerra do Brasil. Aderiam aos federais os caudilhos provinciais, proprietários rurais, defensores dos interesses pecuaristas, agrícolas e artesãos, chefes naturais das massas na guerra das *montoneras* contra as pretensões hegemônicas e monopolistas dos comerciantes de Buenos Aires e seu porto único. (PUIGGRÓS, 1986a, p. 62)

Durante os vinte primeiros anos posteriores à Revolução de Maio, a intelectualidade liberal se esforçou ao máximo para conectar a causa externa, do desenvolvimento capitalista, com a causa interna, da busca do autodesenvolvimento nacional, ilustrada pelos embates entre Bernardino Rivadavia e os caudilhos. Mas, apesar de todas as movimentações para esse fim, Rivadavia não conseguiu atingi-lo “nem pela persuasão, nem pela força”, já que não tinha “outros apoios econômico e político senão o dos interesses comerciais concentrados no porto de Buenos Aires”, pouco para impor um projeto a um povo que “sempre teve um imenso sentimento de autodeterminação” (PUIGGRÓS, 1986a, p. 59).

No entanto, longe de ser derrotado por uma unidade dos caudilhos, o projeto liberal da intelectualidade portenha veio abaixo pela expressão do próprio desenvolvimento da pecuária na província de Buenos Aires, profundamente conectada ao comércio exterior e aos interesses britânicos: com a ascensão de Juan Manuel Rosas, a soberania política passou a responder unicamente aos interesses dos latifundiários bonaerenses, com o restante das províncias e classes sociais submetidos à representação política e poder administrativo de Buenos Aires

(PUIGGRÓS, 1986a p. 60). Assim, apesar de representante do federalismo, Rosas consolidou um projeto estreitamente vinculado aos interesses bonaerenses, agindo para obstar alianças provinciais e exercendo a representação de fato das relações exteriores, ao tratar o conjunto das províncias enquanto incapazes, ao tempo em que concentrava as rendas aduaneiras em Buenos Aires.

Ao promover o desenvolvimento dos interesses localistas de uma só província e um só porto, em prejuízo do restante da nação e da expansão do capital estrangeiro pelo conjunto do país, Rosas criou, dialeticamente, a sua própria negação: afinal a causa externa, representada pelo capital estrangeiro, pretendia adentrar uma Argentina integrada e organizada, e daí de os conflitos rosistas com a França e a Inglaterra assinalarem a antessala do futuro desfecho na batalha de Caseros, de 1852, e da organização nacional sob as bases da dependência econômica (PUIGGRÓS, 1986a, p. 60). Nesse sentido, Puiggrós (1986a, p. 68) atribuiu à batalha de Caseros o ponto culminante de um processo impulsionado “pela pressão expansionista do capitalismo europeu, pela necessidade de ampliar o mercado externo sentida pelas forças produtivas do litoral e pela luta de uma intelectualidade progressista, situada para além de unitários e federais, que compreendeu que sem contar com os caudilhos e as massas como autêntica realidade social, não avançaria o país”, aderindo à perspectiva da busca da “vida civilizada” por meio das bases sociais internas já existentes.

Dessa forma, se estabeleceram novos rumos, a partir de uma organização nacional precária e sem independência econômico-financeira, mas que garantia enriquecimento ao trabalho e aos capitais vindos de fora. No entanto, essa utopia não se concretizou sem percalços: logo após a derrota de Rosas, retornaram do exílio os unitários, dispostos a defender o monopólio oligárquico bonaerense do porto, das rendas alfandegárias e do governo, ainda que debilitados perante as massas devido ao apoio que prestaram, quando exilados, aos ataques anglo-franceses contra o rosismo. Enquanto os caudilhos federais sancionavam a Constituição de 1853 em Santa Fé, consolidando os antigos pactos federais e visando a anular os privilégios de Buenos Aires, a província portenha se ausentava, mantendo a direção unitária.

Conseqüentemente, durante os oito anos seguintes, a Argentina viu materializada a contradição fundamental que acossava o país há décadas, com os confrontos entre Buenos Aires e a Confederação representando o embate entre duas fórmulas distintas para a unidade nacional. A da oligarquia liberal portenha, unitária, objetivava unificar e civilizar a nação de forma impositiva, absorvendo ou aniquilando as formas socioeconômicas do interior e lhe submetendo politicamente. A fórmula federal, contrariamente, reivindicava a coparticipação

das províncias não somente no governo central, mas também na administração e divisão das rendas do porto único (PUIGGRÓS, 1986a, p. 72). Como observou o autor, mais do que pelas armas, o governo confederativo de Paraná-Rosário foi vencido por sua asfixia econômica e anarquia política. Assim, os dirigentes bonaerenses lograram reunificar o país - ainda que jurando a Constituição de 1853, mas prevendo reforma do pacto federal que conservasse seus privilégios de porto único -, avançando para uma etapa de prolongada organização político-constitucional da nação, entre 1862 e 1880.

Sob a direção dos antigos unitários, agora liberais – divididos na facção nacionalista, de Bartolomé Mitre, e autonomista, de Adolfo Alsina -, essa etapa de organização coincidiu com o avanço do capitalismo para sua fase imperialista, marcada pela hegemonia do capital financeiro e pelo profundo processo de monopolização em voga nas economias dos países mais desenvolvidos, gerando exponencial aumento de exportações de capital para a periferia do sistema internacional. Com o acatamento da Constituição de 1853 e a formação de um governo deveras nacional unificado, passavam a ser maiores as garantias para a recepção do capital estrangeiro, restando apenas vencer as resistências das formas socioeconômicas pré-capitalistas e obstar tendências de autodesenvolvimento capitalista argentino para garantir a sua hegemonia. Logo, a penetração do capital estrangeiro pressionou a conjuntura nacional em dois sentidos: o extermínio político, e até físico, dos caudilhos não subjugados; a quebra ou absorção das empresas argentinas que competiam com esses capitais (PUIGGRÓS, 1986a, p. 73).

Aqui, mais uma vez, se demonstra a dialética relação entre as causas internas e externas na visão *puiggrosiana*, uma vez que, embora ressaltando a preponderância dos interesses imperialistas, especialmente britânicos, fez questão de destacar a centralidade das bases internas, ou seja, do comércio centralizado no porto de Buenos Aires e no poder político dos latifundiários bonaerenses, para garanti-los, exatamente pela dependência que detinham de seus mercados. Assim, se por décadas a causa externa, o capital inglês, e sua base interna, os pecuaristas e comerciantes bonaerenses, enfrentaram hostilidades ilustradas pela disputa entre províncias e Buenos Aires, unitários e federais (PUIGGRÓS, 1986a, p. 58), a partir da organização político-constitucional do país e da crescente penetração de capitais estrangeiros, desenvolvendo relações de produção capitalista, a causa externa “começava a ter bases internas para atuar sobre o conjunto da sociedade argentina” (PUIGGRÓS, 1986a, p. 73). Com a aliança entre a facção autonomista do liberalismo portenho e as renovadas elites provinciais - ligadas às indústrias derivadas da agricultura, como os engenhos de Tucumán, Salta e Jujuy, os vinicultores de Mendoza e San Juan ou os produtores de erva-mate no

noroeste -, foi formado o Partido Autonomista Nacional (PAN), evento que, seguido pelo episódio da federalização de Buenos Aires, em 1880, findou com a antiga contradição entre federais e unitários, províncias e Buenos Aires.

Essa aliança entre as oligarquias transformou, portanto, as funções de ambas: a oligarquia portenha abandonava a exclusividade da importação de mercadorias estrangeiras, e passava a se dedicar à introdução de capitais e alocação de empréstimos, enquanto a metamorfose dos latifundiários do interior dava origem a um novo tipo de caudilho, explorador do trabalho assalariado e complacente com a penetração do capital estrangeiro, que agora lhes enriqueciam (PUIGGRÓS, 1986a, p. 75). Evidentemente, apesar da origem federalista da Constituição de 1853, de fato fora imposto e triunfante no país o projeto unitário.

Porém, longe de infligir uma paz duradoura, a penetração de capitais estrangeiros com base no projeto político da oligarquia deles dependente gerou, no país, a ascensão de uma nova contradição fundamental: entre as classes sociais que se afirmavam e progrediam a partir da expansão do capitalismo nacional, a burguesia e o proletariado, e as classes dependentes do imperialismo e da manutenção de um modo de produção parasitário (PUIGGRÓS, 1986a, p. 85). Ao identificar essa contradição fundamental, Puiggrós estabeleceu as bases da compreensão que lhe levaria ao rompimento com a visão ortodoxa dos socialistas e comunistas argentinos, bem como à sua singular leitura sobre o processo de ascensão do yrigoyenismo e do peronismo. Afinal, o caminho da superação dessa contradição perpassaria aliar a luta pelo socialismo com a centralidade da questão nacional, ou seja, de libertação nacional:

Dentro dos marcos do sistema capitalista na sua etapa imperialista de decomposição, tanto a conquista da independência econômica quanto o autodesenvolvimento das nações dependentes e coloniais são absolutamente impossíveis. A análise das contradições do processo social argentino comprova isso. Completaremos a independência econômica nacional e desencadearemos um autodesenvolvimento sem freios ou deformação ao avançarmos para além do capitalismo, com a classe trabalhadora no poder; mas o caminho que conduz a essa meta não é o de uma política exclusivamente operária ou *obrerista*, ainda que a classe operária seja sua dirigente. É uma linha que compromete a todos os setores sociais (classe trabalhadora, pequena-burguesia, burguesia nacional) para os quais emancipar o país do imperialismo se converte em questão de vida ou morte. É uma linha que combina a luta anti-imperialista concreta (ou seja, a construção de uma economia nacional independente) com a luta pelo socialismo. Não responde, portanto, a um postulado teórico ou a uma manobra política, mas às inapagáveis causas objetivas internas do desenvolvimento histórico argentino. (PUIGGRÓS, 1986a, p. 93)

Passemos, portanto, à análise de Puiggrós acerca do desenvolvimento dessa contradição fundamental na sociedade argentina, e a forma como se articulou com suas visões sobre o a ascensão do yrigoyenismo e do peronismo.

4. As causas internas e os movimentos nacional-populares

Após a federalização de Buenos Aires, ocorrida em 1880 durante a gestão de Nicolás Avellaneda, chegou à presidência o general Julio Argentino Roca, quem consolidou o processo pelo qual as forças que se mantinham inertes à antiga contradição fundamental – os nacionalistas de Bartolomé Mitre e os autonomistas bonaerenses de Carlos Tejedor – se decompueram na medida em que avançava o partido único dirigido a partir da Casa Rosada (PUIGGRÓS, 1986a, p. 131). Assim, apesar de tentativas de insurreição militar em 1874 e 1880, os mitristas foram incapazes de impor a derrubada da hegemonia do PAN, ao tempo em que a facção bonaerense se desintegrou com a federalização de 1880. Como destacou Puiggrós (1986a, p. 133), se desenhava um partido dos governadores, habilmente articulado pelo presidente Roca e, pela primeira vez, dirigido por uma oligarquia não apenas portenha, como a unitária, ou bonaerense, como a rosista, mas nacional. Esta garantia, sob a ordem institucional da Constituição de 1853 e a implementação de sequenciais eleições fraudulentas, a predominância de uma orientação liberal afim aos interesses do setor agroexportador e do imperialismo estrangeiro.

No entanto, a nova contradição fundamental, por um lado, e a crescente concentração de poder do PAN, por outro, oportunizaram a potencialização de movimentos oposicionistas, os quais vieram ter um de seus mais importantes rompantes na frustrada Revolução de 1890, também conhecida como Revolução do Parque. A insurreição, ocorrida em julho de 1890, foi dirigida pela União Cívica da Juventude (UCJ), criada em 1889 e envolvendo amplos setores opositores – liberais mitristas, representantes do catolicismo, militares e autonomistas. Após ocupação do Parque da Artilharia em Buenos Aires e três dias de luta, resultou em 250 mortes e na renúncia do presidente Juárez Celman, fruto de acordo entre seu padrinho político, Julio Argentino Roca, e o vice-presidente, Carlos Pellegrini, que veio a assumir a condução do país (DI TELLA, 2017). Em sua obra, Puiggrós enfatiza as divisões da União Cívica que levaram à derrota da insurreição, e a forma como interagiram com a cisão que viria a ocorrer em suas fileiras:

O programa da União Cívica estava destinado a satisfazer todos os setores com ela comprometidos: moral administrativa, sufrágio livre, autonomia provincial, regime municipal, defesa nacional. No entanto, logo se perfilaram duas tendências no interior dessa ampla unidade: a de Bartolomé Mitre (garantia de ordem para a oligarquia e os investidores estrangeiros) e a de Leandro N. Alem (esperança da juventude burguesa e pequeno-burguesa em uma transformação democrática que lhe dera acesso às funções públicas. Como não lhe fugia a percepção de que o sufrágio livre abria as portas dos municípios, dos governos provinciais e até do governo nacional à segunda tendência, a oligarquia completou sua manobra tática ao reunir seus quadros dispersos por ambições pessoais e formam uma frente à margem da União Cívica. Mitre, Campos e outros dirigentes da ala oligárquica da União Cívica dispostos a impedir a vitória de Alem se entenderam com Roca e Pellegrini, interessados no mesmo, pois aspiravam tirar do governo o já desgastado presidente e reter para eles o poder. (PUIGGRÓS, 1986a, p. 149).

Frente a esse panorama, a União Cívica se dividiu entre aqueles que se posicionaram pela pactuação com a oligarquia, formando a União Cívica Nacional (UCN), com Mitre à frente, enquanto os adeptos da intransigência ao acordo formataram a União Cívica Radical (UCR), sob a direção de Alem. O que interessa notar é que, entre a formação da UCR e a implementação da Lei Sáenz Peña, de 1912, que garantiria eleições limpas para a presidência, a política argentina estaria envolta dessas duas tendências: o acordo ou pactuação, de um lado, e a intransigência, por outro (PUIGGRÓS, 1986a, p. 158). Na própria UCR, após o suicídio de Alem, essas duas tendências se manifestaram em Bernardo de Irigoyen, partidário da participação nas eleições, apesar das fraudes, e Yrigoyen, adepto da via insurrecional. Frente às fraudes eleitorais, a UCR tentou a tomada do poder pela via insurrecional em 1893 e 1905, novamente fracassando. Paralelamente, dirigentes do Partido Socialista, inspirados pelos modelos democráticos europeus, alinhavam-se aos conservadores para condenar as insurreições radicais, às quais viam como sintomas da barbárie. Como destacou Puiggrós, ainda que sob a direção da juventude burguesa e pequeno-burguesa, era o setor intransigente de Yrigoyen que garantia crescente ascendência sobre o imaginário das massas populares, em detrimento dos segmentos conciliatórios do radicalismo ou dos já organizados socialistas:

Em torno de Yrigoyen se congregou, a partir da passagem de um século para o outro, a juventude burguesa e pequeno-burguesa que aspirava ocupar um lugar na política e na função pública, e agitava o programa da União Cívica Radical: moral administrativa, sufrágio livre, autonomia provincial, regime municipal, defesa nacional. Esse conteúdo de classe, que orientou a política radical em seu caminho ao poder, tinha respaldo de uma ampla base de massas no proletariado urbano e rural, que preferia seguir o caudilho com suas promessas de reivindicações sociais abstratas e não aceitava a disciplina de partidos inspirados em uma concepção racionalista e liberal da política, cuja missão pedagógica tropeçava com obstáculos similares, ainda que de outra natureza, àqueles que inibiram, três quartos de séculos antes, os

unitários de cumprir seu programa de incorporar a totalidade da população argentina à cultura europeia. (PUIGGRÓS, 1986a, p. 166)

No entanto, como indicou o autor, a antítese radicalismo-oligarquia não resultava em possível ruptura revolucionária entre duas etapas históricas, mas simplesmente a eliminação dos obstáculos que impediam um avanço dentro dos marcos da então corrente etapa democrático-burguesa. Nesse sentido, suas eram as singularidades que marcavam a democracia burguesa no país: economicamente, respondia aos interesses imperialistas e dos grandes latifundiários, importadores, exportadores e especuladores da renda nacional; politicamente, excluía amplas camadas do povo – os imigrantes, por exemplo - das eleições e das funções públicas, obstruindo a democratização da sociedade. Yrigoyen não questionava, portanto, a democracia burguesa, mas a não-aplicação efetiva dela. Dessa forma, visava a superá-la dentro da própria ordem, ampliando a base popular do Estado com um governo radical, mas sem reformas profundas na estrutura socioeconômica. Ao perceber que o radicalismo não ameaçava seus interesses fundamentais, as oligarquias concluíram que, ao contrário, sua “participação se tornava indispensável para assegurar a paz e a administração” (PUIGGRÓS, 1986a, p. 180), e daí a origem da Lei Sáenz Peña, que garantia o voto secreto, aprovada pelo presidente Roque Sáenz Peña em 1912.

Dessa forma, em junho de 1916, a UCR venceu a primeira eleição presidencial realizada de acordo com a nova lei, elegendo Yrigoyen ao mais alto cargo da República Argentina, com 51% dos votos. As multidões que acompanharam o presidente em sua caminhada até a Casa Rosada ilustram a relevância do momento, após mais de duas décadas de luta e intransigência do radicalismo perante a democracia fraudulenta das oligarquias. Como destacou Puiggrós (1986a, p. 205), apesar do acesso à presidência ter sido facultado pelas próprias oligarquias, o yrigoyenismo apresentava em suas entranhas, para além das exigências de democratização do Estado, uma contradição central para determinar os eventos que seguiriam: entre o Estado liberal, concebido pelos legisladores de 1853 e pela oligarquia da década de 1880, e o movimento de massas que acompanhava o yrigoyenismo. Dessa forma, ainda que o comando político da UCR respeitasse os limites da legalidade e do Estado liberal, o movimento de massas que lhe dava sustentação engendrava a intransigência abandonada pelo governo legalista de Yrigoyen.

Por 14 anos, os radicais mantiveram o governo da nação, não sem enfrentar o conjunto dessas contradições concernentes à natureza e à amplitude do projeto que representavam. Se por um lado Yrigoyen inaugurou política de intervenção favorável aos trabalhadores e sindicatos nos conflitos laborais, por outro, respondeu à radicalização do movimento operário

com duríssima repressão, com ápice nos eventos transcorridos na chamada Semana Trágica (1919), contando com apoio da reacionária Liga Patriótica Argentina (LPA). Ainda que abrindo mão da intransigência insurrecional e respeitando os limites institucionais, o presidente não deixou de se valer dos seus poderes para estabelecer intervenções provinciais que influenciasses a formação de maioria no Congresso.

Das contradições com o movimento operário, estalariam as inapagáveis oposições de anarquistas, socialistas e comunistas. Da concentração de poder e prestígio nas mãos do presidente, ascenderiam cisões no radicalismo, como os radicais antipersonalistas, que viriam a sustentar a presidência de Marcelo Torcuato de Alvear (1922-1928). E perante a relação dúbia com o movimento de massas, se manteria a ferrenha oposição das oligarquias e de substanciais setores das Forças Armadas. Ao ser eleito novamente, em 1928, Yrigoyen, iniciou o curto mandato que, abalado pela confluência da crise internacional de 1929 com essas crescentes contradições internas da sociedade argentina, resultou no golpe de 1930, que conduziu o general José Félix Uriburu ao poder, junto das mesmas oligarquias que em 1916 consentiram, ainda que contrariados, a eleição do radicalismo. Frente à derrubada de um governo popular pelas elites alinhadas ao imperialismo e ao modelo agroexportador, socialistas e comunistas preferiram o silêncio, já que, para ambos, Yrigoyen representava nada mais nada menos do que uma variante do *fascismo*.

Da frente ampla anti-yrigoyenista que garantiu a execução do golpe de 1930, logo se esboçaram as divergências entre os agrupamentos de extrema-direita vinculados ao general Uriburu, que pretendiam implementar um regime corporativo de inspiração fascista no país, e as forças políticas da ordem oligárquica, que, divididas entre conservadores, antipersonalistas e socialistas independentes, conspiravam para assumir o governo pela via eleitoral. A primeira vertente simplesmente carecia de bases internas materiais e objetivas na sociedade argentina que lhe dessem sustentação, já que as forças que lhe davam sustentação eram favoráveis à Constituição de 1853 (PUIGGRÓS, 1986c, p. 39), e logo a segunda prevaleceu, conduzindo o general Agustín P. Justo, ex-ministro da Guerra do governo Alvear, à presidência, em 1932, e dando início àquela que ficaria conhecida como a *década infame*. Nesse período, a derrota das insurreições radicais no pós-golpe foi seguida pelo falecimento de Yrigoyen e o retorno de Alvear da França, quem assumiu o partido e o levou a uma linha colaboracionista, disposta a inserir a UCR nos limites da democracia fraudulenta reinstaurada pelas oligarquias.

Símbolo máximo do regime reinstaurado, o Pacto Roca-Runciman, de 1933, reafirmou as bases de uma direção política radicalmente alinhada aos interesses econômicos das elites agroexportadoras e do imperialismo britânico. Essa orientação perdurou ao longo das gestões

de Justo, Ortiz e Castillo, até ser derrubada pelo golpe militar de 1943. Este, dirigido diretamente a partir das Forças Armadas, visou a evitar adesão da Argentina aos Aliados durante os eventos da Segunda Guerra Mundial, devido à provável eleição de Robustiano Patrón Costas, latifundiário de Salta alinhado aos interesses britânicos. De imediato, o Partido Socialista e o Partido Comunista se alinharam às oligarquias pró-democracia fraudulenta, sob o mando de uma frente ampla, a União Democrática, antagonizando o novo regime, tachado de fascista⁵, tanto pelos seus moldes institucionais quanto pela opção por manter a Argentina neutra na guerra.

Das entranhas desse regime militar, surgiria a principal liderança a ser seguida por um movimento de massas disperso desde a queda de Yrigoyen. Frente às ameaças da CGT e dos principais sindicatos de instalação de uma greve geral revolucionária para derrubar o governo, o coronel Juan Domingo Perón, representando o governo, passou a intervir nos conflitos laborais em prol do movimento operário – após sucesso dessa política na intervenção na greve dos frigoríficos -, forçando o isolamento de suas direções socialistas e comunistas. Estes priorizavam, acima das reivindicações imediatas dos trabalhadores, a bandeira da luta contra o governo fascista, a ser derrubado por uma aliança entre os operários e as “forças democráticas”, no caso as velhas oligarquias agroexportadoras (PUIGGRÓS, 1986c, p. 452). A crescente influência de Perón sobre o movimento sindical e os trabalhadores em geral lhe garantiu converter o Departamento Nacional do Trabalho em Secretaria do Trabalho e Previdência, de onde fortaleceu a orientação em prol do surgimento de sindicatos autônomos, que substituíssem aqueles sob as antigas direções. Tamanho o prestígio de Perón, veio a acumular, junto de sua função na secretaria, o Ministério da Guerra e a vice-presidência em 1944.

No entanto, as contradições entre as distintas correntes políticas que compunham o regime militar logo afloraram. Diante do avanço soviético na Europa Oriental e a pressão interna dos partidos políticos argentinos pela adesão aos Aliados, ainda em janeiro de 1944, foi oficializada a ruptura das relações argentinas com Berlim e Tóquio. Em fevereiro, Pedro Pablo Ramírez foi substituído por Farrell na presidência, e, durante sua gestão, Perón veio a acumular os cargos já mencionados, ao tempo em que buscava conciliar as distintas

⁵ Interessante observar que essa avaliação sobre o regime que se instaurou em 1943 foi condizente com as acusações alarmistas provenientes de setores do governo estadunidense desde meados de 1941, quando os argentinos recusavam rompimento de relações com o Eixo. Dentre essas insinuações, apareciam as de a Argentina poder vir a ser responsável de uma Terceira Guerra Mundial, ou compor um Quarto Reich, ambas propagadas pelo Departamento de Estado (ESCUDE, 1995; NEWTON, 1984). Portanto, a esquerda tradicional e setores oligárquicos argentinos atuaram como fator de reverberação das acusações perpetradas pelos Estados Unidos, compondo um dos meios engendrados pelos estadunidenses para garantir sua hegemonia nas Américas.

tendências do regime. Ambas convergiram na dissolução dos partidos políticos em dezembro de 1944, e, enquanto Perón e seu grupo exerciam livremente suas atividades junto do movimento operário, os cargos vinculados às instituições educacionais governamentais eram entregues aos setores católicos ultrarreacionários (PUIGGRÓS, 1986c, p. 392). Em março de 1945, Farrell declarou guerra ao Eixo, e no mês de maio, diante de pressões dos Estados Unidos da América, endossadas pelos generais Spíndola, Arturo Rawson e Osvaldo Martín, divulgou novo Estatuto dos Partidos Político, convocando eleições. Em abril, Perón foi forçado pelo governo a declarar que não aspirava disputar o pleito.

O “efeito Perón” gerou franco aumento da participação operária nas atividades sindicais. Apenas na União Operária Metalúrgica (UOM), o número de filiados aumentou de 1.500, em 1943, para 80.000, em 1944, montante que chegaria a cerca de 200.000 passados dez anos (PUIGGRÓS, 1986c, p. 461). O número de filiados da CGT passou de 80.000 para meio milhão, apenas entre 1943 e 1945 (PUIGGRÓS, 1986c, p. 488). Enquanto as esquerdas seguiam designando Perón como demagogo e fascista, os dirigentes de muitos dos principais sindicatos passavam à sua órbita de influência, e milhares de trabalhadores até então não sindicalizados pareciam seguir esse mesmo caminho. Com a gestão de Perón na Secretaria do Trabalho e Previdência, foi aprovada uma série de leis trabalhistas benéficas aos trabalhadores, e diversos conflitos laborais foram arbitrados em favor das organizações sindicais. Apesar da rivalidade e antagonismo com os comunistas, Perón buscou estabelecer diálogo com o grupo, chegando a garantir, por meio do ministro Alberto Teisaire, a libertação dos presos políticos comunistas e a legalização do partido (PUIGGRÓS, 1986c, p. 468). Ainda assim, os comunistas mantiveram seu alinhamento às oligarquias tradicionais, defensoras da normalização democrática, e, por incrível que se possa imaginar, à embaixada dos Estados Unidos da América, plenamente engajada nas campanhas anti-Perón por meio da ação do embaixador Spruille Braden.

Em 1946, as contradições internas do regime, aliadas à crescente pressão dos setores oposicionistas, pareciam se encaminhar para um desfecho. Após a interrupção de um golpe militar encabeçado por Rawson e Osvaldo Martín, em setembro – resultando na detenção e encaminhamento de ambos para Campo de Maio –, no dia 10 de outubro, uma junta de militares e marinheiros exigiu de Farrell a prisão e renúncia de todos os cargos de Perón. Após reunião em Campo de Maio, Farrell aderiu à imposição, ao entendê-la como inevitável, e horas depois Perón renunciou aos cargos e discursou para 50.000 mil trabalhadores em frente

à Secretaria do Trabalho e Previdência, sem incitar qualquer tipo de revolta⁶ (PUIGGRÓS, 1968c, p. 491), antes de ser encaminhado para a Ilha de Martín Garcia, onde ficaria preso. Antecipando tanto socialistas e comunistas, quanto a própria direção da CGT, que convocavam greve geral para o dia 18, o movimento operário foi para as ruas em massa, no dia 17 de outubro, formatando os eventos que resultaram na libertação de Perón. Ainda neste mês, foram legalizados os partidos políticos, e, em dezembro, foram convocadas eleições, nas quais Perón viria a ser eleito presidente.

Na visão de Puiggrós (1986c, p. 498), a movimentação das massas trabalhadoras no 17 de outubro constituiu evidente “triunfo da autoconsciência político-social da classe operária”, mas que “por falta de uma teoria revolucionária cedeu espaço para o compromisso de levar a luta para o terreno eleitoral, e assumir o poder dentro do jogo da partidocracia e do condicionamento às instituições liberais”. E como afirmou anteriormente, seria “infundado imputar ao peronismo a responsabilidade da debilidade teórica”, sendo a formulação da teoria da revolução argentina uma tarefa dos “intelectuais revolucionários”, teoria essa que “para ser revolucionária deve emanar da história e da realidade do país, e obter o reconhecimento das massas” (PUIGGRÓS, 1986c, p. 416). Da confluência do movimento de massas com importante ala nacionalista do exército, nascia o peronismo, e mais uma vez as autoproclamadas vanguardas do movimento operário, socialistas e comunistas, se abstinham de compreendê-lo, alinhando-se aos interesses das elites argentinas. Restaria aos revolucionários buscar, a partir desse movimento popular, encontrar o caminho que guiasse à plena libertação nacional.

5. As esquerdas e a questão nacional

Como se pode inferir das seções anteriores, a trajetória política de Puiggrós, de rompimento com as orientações predominantes do Partido Comunista, alinha-se, evidentemente, à sua visão mais ampla acerca do conjunto dos acontecimentos históricos argentinos, formatada a partir das lentes do materialismo histórico-dialético, jamais descartado em seus escritos. Em *História crítica dos partidos políticos argentinos*, para além da original interpretação marxista sobre a trajetória política do país, Puiggrós também destacou suas principais polêmicas teóricas e estratégicas para com a tradição marxista imperante na Argentina. A fim de se compreender essa crítica específica às esquerdas

⁶ Neste, exortou a defesa das conquistas dos trabalhadores, mas com a palavra de ordem “da casa ao trabalho e do trabalho à casa”, ou seja, sem a ocorrência de maiores distúrbios políticos ou sociais (PUIGGRÓS, 1986c).

argentinas, necessitamos resgatar a argumentação desenvolvida pelo autor ao criticar a subordinação do pensamento político argentino em geral às ideologias provenientes do exterior, e a forma como esse processo também afetou as compreensões teóricas das esquerdas.

Resumidamente, o autor destacou a predominância, na formulação teórica nacional, de uma visão mecanicista que alude à determinação dos fenômenos políticos e sociais nacionais pelos acontecimentos externos ao país. Nesta, a dialética seria ignorada, a partir da adoção de um *idealismo objetivo*, que considera o *singular*, ou seja, a sociedade argentina, enquanto nada mais do que um reflexo do *universal*, a ordem social das grandes potências. Se para a geração liberal do século XIX, representada por expoentes como Rivadavia, Alberdi e Sarmiento, o universal correspondia ao caminho de desenvolvimento trilhado pelas potências capitalistas, para as esquerdas socialistas e comunistas se assemelhavam as formas de luta e as formulações teóricas dos principais movimentos operários mundo afora. Assim, a resiliência da filosofia positivista fazia com que compreendessem o desenvolvimento e a evolução das nações enquanto um processo linear e ascendente, vinculado à acumulação quantitativa dos elementos necessários para tal: mais ou menos capitalismo, mais ou menos democracia, mais ou menos progresso social (PUIGGRÓS, 1986b, p. 46).

Na contramão dessa leitura, Puiggrós enfatizou que as *causas externas* apenas se manifestam nacionalmente a partir da mediação das *causas internas*. Consequentemente, quando da análise dos processos de ascensão e declínio de agrupamentos políticos ou classes sociais, privilegiou a autonomia destes em relação às influências e acontecimentos externos, sem negar suas respectivas influências, mas estabelecendo entre eles um elo que dialeticamente conforma seus meios de manifestação. No lugar da visão linear positivista, Puiggrós (1986b, p. 57) destacou que, para o materialismo dialético, o progresso é obtido a partir de uma relação quantitativa mas também qualitativa, pela transformação da quantidade em qualidade, e vice-e-versa, com “períodos pacíficos e saltos revolucionários que quebram a continuidade do processo e descobrem a contradição enquanto a essência de todas as coisas”.

Em sua visão, a adesão das esquerdas a esse esquematismo levou-as a deturpar a compreensão marxista sobre a realidade nacional, e a interpretar erroneamente os acontecimentos políticos da época, gerando suas progressivas alienações do movimento de massas e da luta pela libertação nacional:

As esquerdas da Argentina foram incapazes de fornecer a *teoria revolucionária*, cuja essência, o método dialético, não souberam aplicar à análise das contradições sociais, da luta de classes e das condições

revolucionárias do país. Aceitaram do marxismo, ou do marxismo-leninismo, o que tem de contingente e particular (as *teses* correspondentes a determinados países e época, sem verificar sua vigência na nossa realidade nacional), e não reconheceram nele o que tem de necessário e universal (o *método* e a *concepção de mundo*). (PUIGGRÓS, 1986c, p. 414)

Daí a crítica central aos posicionamentos políticos tanto do Partido Socialista quanto do Partido Comunista, que, para além de questões meramente táticas, concernia às próprias metodologias de aplicação do ideário marxista para a interpretação da realidade argentina. Ao utilizar, em *História crítica de los partidos políticos argentinos* e no conjunto de sua obra, o materialismo dialético como ferramenta para compreender os acontecimentos políticos do país, Puiggrós retrocedeu aos tempos da colônia de forma a verificar - a partir da análise das contradições entre forças produtivas e relações de produção, causas internas e causas externas - o contexto no qual se formataram as ideologias, os partidos políticos e os interesses fundamentais das classes sociais na Argentina contemporânea. Afinal, para ele, “a história dos partidos políticos argentinos forma um capítulo da história geral do país em um duplo sentido: porque nascem e morrem, e a sociedade é anterior e posterior a eles, e porque a política não explica por si mesma as funções das causas socioeconômicas que se manifestam através das alternativas da luta de classes” (PUIGGRÓS, 1986a, p. 118).

Verificando que, como exposto nas seções anteriores, movimentos como o yrigoyenismo e o peronismo surgiram, para além das ideias de seus líderes, das próprias contradições concernentes ao desenvolvimento das relações de produção tipicamente capitalistas no país, não poupou críticas ao antagonismo exercido pelas esquerdas contra esses movimentos – em momentos nos quais se alinharam aos interesses das forças sociais imperialistas e agroexportadoras. Como destacou, “existem três constantes da política argentina contemporânea sumamente significativas” (PUIGGRÓS, 1986b, p. 32-33): 1) os partidos políticos e intelectuais liberais, dentre eles os socialistas, tem sido golpistas perante governos de origem popular, e anti-golpistas em defesa de governos nascidos da usurpação ou da fraude; 2) os momentos de máxima aproximação entre os dirigentes esquerdistas coincidiram com sua oposição conjunta aos governos populares; 3) na luta contra o movimento nacionalista popular, os dirigentes socialistas e comunistas integraram junto dos liberais frentes de ação comum, das quais a União Democrática foi o modelo clássico.

Consequentemente, não escapou ao autor que, logo quando do início das atividades do Partido Socialista, fundado sob a direção de Juan B. Justo em 1896, seus dirigentes insistiam em categorizar de forma pejorativa ao que chamavam de *política criolla*, da qual excluía apenas a *geração de 80*. Embasados numa visão liberal-positivista do progresso em linha reta,

e não através das contradições internas da sociedade ou da luta de classes, viam na evolução em direção à cultura ocidental o caminho para o desenvolvimento, convergindo com o idealismo progressista da oligarquia ilustrada (PUIGGRÓS, 1986a, p. 169). Por isso desdenharam da tática insurrecional do radicalismo yrigoyenista, no qual viam elemento típico da barbárie *criolla*, ao tempo em que defendiam a plena implementação de um sistema político democrático-burguês no país. Logo, mesmo que conservadores e socialistas tivessem objetivos e visões sobre a legislação social divergentes, não tiveram debilitadas suas coincidências em defesa da progressiva elevação da consciência política cidadã mediante métodos educativos enquanto meio para posterior democratização, afinal, ambos entendiam que “as massas populares argentinas não estavam maduras para o exercício da democracia” (PUIGGRÓS, 1986a, p. 186).

Por seu turno, o Partido Comunista, oriundo de cisão do Partido Socialista em 1917, inicialmente com o nome de Partido Socialista Internacional, tampouco demonstrou maior conexão com as causas nacionais. Como destacou Puiggrós (1986b, p. 86), seu próprio surgimento, a partir de disputas internas no Partido Socialista, não disse respeito às divergências teóricas ou estratégicas vinculadas à política estritamente nacional, mas à polêmica internacional de disputas entre os marxistas revolucionários, tributários do leninismo e da nascente URSS, e os revisionistas reformistas, e à posição a ser tomada perante os eventos da Primeira Guerra Mundial. Ainda assim, Puiggrós reconhece um avanço qualitativo quando da distinção, estabelecida pelos comunistas, das teses social-democratas predominantes no PS e da concepção de mudança revolucionária então estabelecida na URSS. No entanto, como indicou, a adoção de receituários estrangeiros sem sua plena adaptação à realidade argentina⁷ e a importação de polêmicas totalmente alheias aos acontecimentos nacionais, como a posterior cisão entre trotskistas e stalinistas – fruto da disputa interna soviética -, contribuíram para que a classe trabalhadora contemplasse as escaramuças como uma “briga entre habitantes da lua” (PUIGGRÓS, 1986b, p. 94).

A todo momento, as críticas do autor visaram a demonstrar as influências do pensamento liberal e positivista nas visões das esquerdas argentinas. Assim, destacou que, por incrível que pudesse parecer, as principais críticas esquerdistas aos governos yrigoyenistas

⁷ Para Puiggrós, as ações de lideranças como Lenin, Stalin e Mao estiveram de acordo com a análise marxista de suas realidades nacionais, representando a plena aplicação do que há de *universal* no marxismo, seu método de análise da realidade e visão de mundo, para a situação *particular* de seus países. Por isso afirmava que “se Stálin, com seu implacável realismo, expulsou com métodos drásticos da Internacional Comunista e do Partido Comunista da União Soviética à Lev Trotsky e aos tantos que não vieram a se adaptar aos tempos de moderação burocrática, não foi de maneira alguma por arbitrariedade de seu caráter, mas porque seu caráter vinculado a um partido no poder correspondia a um momento de priorização da construção do socialismo na Rússia” (PUIGGRÓS, 1986b, p. 147).

não se faziam devido às suas contemporizações com a institucionalidade burguesa e liberal, mas exatamente pelo o que o caudilho tinha de “representante das tendências antiliberais do povo argentino” (PUIGGRÓS, 1986a, p. 217). Para Puiggrós (1986a, p. 219), no lugar do alinhamento às elites para combater Yrigoyen, as esquerdas deveriam “orientar a luta de massas de modo a isolá-lo da oligarquia e do imperialismo, e não de jogá-lo nos braços deles”, opção que, ao não ser implementada, resultou no imediato “refluxo dos movimentos operários e camponeses e no decréscimo do prestígio popular de Yrigoyen, que era o que mais desejavam os oligarcas conservadores e as empresas estrangeiras”.

Quando da ascensão do peronismo, a história se repetiu, novamente embasada em concepções positivistas, influências liberais e na alienação à plena aplicação do materialismo dialético para a compreensão dos fenômenos nacionais:

Socialistas e comunistas se uniram a conservadores, radicais e democratas-progressistas, e católicos e maçons, israelitas e ateus, na tentativa de ter a causa interna que se manifestava vigorosamente na Argentina em 1945, quando do término da Segunda Guerra Mundial (...) Fizeram de uma causa externa (o nazifascismo) a causa interna, mentalmente, à margem da realidade, e assim a causa interna verdadeira, a causa do povo em busca de sua emancipação, apartou-se deles, e eles se apartaram de tal causa, para se colocarem na linha de frente, junto dos poderes imperialistas estrangeiros e seus serviços internos que empregavam uma grande manobra tática com o objetivo de bloquear o caminho do desenvolvimento da sociedade argentina. (PUIGGRÓS, 1986a, p. 40)

De forma geral, dos escritos de *História crítica de los partidos políticos argentinos* pode-se fazer um balanço acerca da visão de Puiggrós sobre as limitações das esquerdas argentinas. Para ele, anarquistas, socialistas e comunistas tiveram ações e perspectivas de revolução na Argentina que desconsideravam o elemento nacional e o papel central das massas populares nessa transformação. Assim, abriram espaço para que outras lideranças catalisassem os descontentamentos populares e os direcionassem para a conformação de movimentos policlassistas, com potencialidades revolucionárias, mas carentes de uma direção política e de uma teoria que os conduzisse à plena libertação nacional. Nesse sentido, Puiggrós resumiu magistralmente o antagonismo criado entre a questão nacional, de um lado, e as esquerdas argentinas, de outro, ainda que também reconhecendo suas contribuições para as lutas do movimento operário:

Os anarquistas e socialistas, e mais tarde os comunistas, aplicavam aos conflitos sociais argentinos modelos transferidos da Europa, e por isso nunca deixaram de ser minorias que não orientaram a história da República. Por maior que tenha sido sua influência ideológica e ponderável o seu aporte à

organização do proletariado argentino, permaneceram na condição de mediadores do despertar da consciência da classe operária e da formação de uma intelectualidade revolucionária. Mas da espontaneidade das massas populares surgiram movimentos antissocialistas e anticomunistas que recolheram os frutos do trabalho do socialismo e do comunismo. Esses movimentos (yrigoyenismo e, posteriormente, peronismo), que rechaçavam os partidos de esquerdas por estarem alheios à realidade nacional, faziam seus muitos dos objetivos que as esquerdas agitavam sem possibilidade de alcançar dentro da tradição liberal em que se situavam. Reconhecer as leis sociais, a cultura política e a organização do povo que a Argentina deve às esquerdas não autoriza esquecer o fundamental: que nas conjunturas de mudanças impulsionadas pela mobilização das massas se alinharam contra estas, e colaboraram de fato para a preparação de golpes reacionários. (PUIGGRÓS, 1986b, p. 36)

Cabe mencionar que, ao depreciar o posicionamento das esquerdas e destacar as vicissitudes dos movimentos de massa acoplados ao yrigoyenismo e ao peronismo, Puiggrós não o fez por abandonar suas concepções marxistas ou por aderir às bandeiras de Yrigoyen e do radicalismo ou de Perón e do peronismo. O fez, pois - mantendo sua fidelidade à vertente marxista-leninista, ainda que não à sua versão dogmática instaurada nos partidos comunistas latino-americanos ou em muitas de suas dissidências - via nesses movimentos nacional-populares o estalar de contradições sociais que não poderiam vir a ser resolvidas positivamente pelas ideologias de suas lideranças, mas apenas pela capacidade das forças políticas de esquerda de lhe fornecerem um sentido propriamente revolucionário.

Por isso fez questão de aludir à causa yrigoyenista enquanto uma bandeira política plenamente exequível nos marcos da democracia burguesa, porém destacando as potencialidades revolucionárias dos setores populares que lhe apoiavam, já que ali estavam não necessariamente pela ideologia do líder, mas pelas contradições sociais latejantes na sociedade argentina. Assim como destacou que o peronismo nasceu com uma ideologia nacionalista, mas sem uma teoria revolucionária. Consequentemente, por essa razão, o nacionalismo-popular peronista teria se mantido circunscrito à defesa da soberania política, da independência econômica e da justiça social, com a adesão do movimento operário às suas bandeiras respondendo à satisfação de seus problemas imediatos, e com restrito apoio nas Forças Armadas (PUIGGRÓS, 1986c, 416). Com a posterior eleição de Perón e a implementação do Estado justicialista, as insuficiências e limitações do movimento ficaram ainda mais claras:

O Estado justicialista, respeitoso do fundamental e determinante da legalidade que herdou, freava o cumprimento das ações revolucionárias independentes às quais tendia o movimento de massas e criava um equilíbrio instável e transitório entre a burguesia e a classe trabalhadora (...)

correspondente a uma etapa de transição. (...) Mas, entretanto, a base de sustentação do Estado justicialista, a unidade policlassista selada em fins de 1945, ia se deteriorando pela infiltração do inimigo e pela política oscilante do extremismo infantil ao apaziguamento praticada por Perón durante sua segunda presidência, política cujas consequências dividiram o bloco peronista e alentaram opositores que se consideravam definitivamente perdidos, enquanto o golpe militar não vinha lhes socorrer. (PUIGGRÓS, 1986a, p. 45)

Resta evidente, portanto, a linha de raciocínio que alia a compreensão materialista dialética de Puiggrós, e sua irreduzível convicção na potencialização da luta pelo socialismo e a libertação nacional, com a leitura que estabeleceu sobre as contradições fundamentais da sociedade argentina. Afinal, em *História crítica de los partidos políticos argentinos*, afirma claramente que, vencida a contradição entre províncias e Buenos Aires, desenvolvidas as relações de produção capitalistas e assumida a hegemonia política pelas oligarquias agroexportadoras capitalistas e nacionais no final do século XIX, *a contradição fundamental* no país passou a ser entre *as classes sociais que se afirmavam e progrediam a partir da expansão do capitalismo nacional*, a burguesia e o proletariado, e *as classes dependentes do imperialismo e da manutenção de um modo de produção parasitário*. Ciente dessa contradição, o movimento operário deveria adotar uma linha política que compromettesse a todos os setores sociais – classe trabalhadora, pequena-burguesia, burguesia nacional – para os quais emancipar o país do imperialismo fosse uma questão de vida ou morte, ainda que divergissem entre si quanto aos rumos que deveria seguir o país.

Consequentemente, Puiggrós divergiu dos comunistas argentinos tanto em suas teses sobre o caráter feudal da oligarquia latifundiária argentina⁸, que para o autor era evidentemente capitalista⁹, quantos em suas leituras sobre o caráter da burguesia nacional, que tachavam mero agente dos interesses do imperialismo ianque ou britânico, não constituindo fator de luta pela emancipação nacional. Para o autor, ambas as interpretações dos comunistas conduziam ao mesmo caminho, pois, ao concluírem ser débil o capitalismo e a burguesia

⁸ No entanto, reconheceu a persistência do modo de produção feudal em outros países latino-americanos, e no seu debate sobre os modos de produção na América Ibérica colonial com André Gunder Frank, fez questão de destacar a Argentina enquanto uma exceção no rápido desenvolvimento das relações de produção capitalistas no campo. Nesse sentido, enfatizava que “não são as dimensões da unidade agrária, mas as formas de produção, as relações de classe e o caráter de sua economia que determinam se é feudal ou capitalista” (PUIGGRÓS, 1986a, p. 245)

⁹ Afinal, entendia que “a pampa argentina nunca conheceu as unidades socioeconômicas de subsistência ou autoabastecimento – e, conseqüentemente, as relações de tipo feudal entre grandes proprietários e camponeses submetidos à servidão –, características de outras partes da América Latina” (PUIGGRÓS, 1986a, p. 243). Em sua ótica, isso acarretava que, em um país com a predominância da agricultura e pecuária capitalistas, e sem pressão demográfica, a implementação de uma “reforma agrária” se reduzisse a trocar a propriedade de mãos, deixando as coisas como estavam, e por isso foi incapaz de mobilizar as massas camponesas (PUIGGRÓS, 1986a, p. 245).

nacional na Argentina, caminhavam para a busca da chamada revolução democrático-burguesa, baseada numa estreita aliança operário-camponesa:

Se o regime era feudal, ou não completamente capitalista, teria que lutar por uma revolução antifeudal de tipo democrático-burguês, além de anti-imperialista, porque os feudais estavam associados ao imperialismo, mas como o capitalismo não existia ou apenas existia e era débil, não se podia confiar na burguesia nacional também débil e inconsequente, nem na pequena burguesia vacilante, mas unicamente nos operários aliados aos camponeses (isso é, aos pequenos produtores rurais que eram arrendatários ou proprietários capitalistas, por mais que o esquema os disfarçasse de servos) para fazer a revolução democrático-burguesa que os burgueses não queriam por estar comprometidos com o imperialismo e a oligarquia feudal, do que se inferia que os operários deviam fazer uma revolução burguesa contra a oligarquia feudal, o imperialismo e... a burguesia. (PUIGGRÓS, 1986b, p. 127)

Consequentemente, Puiggrós rompia com a tese etapista da necessidade de estabelecimento de uma revolução democrático-burguesa, para desenvolver o capitalismo em detrimento dos restos feudais, adotada pelos partidos comunistas de quase toda a América Latina. Entretanto, seguia destacando as contradições entre determinados setores da burguesia nacional e os interesses imperialistas, e a necessidade de o movimento operário estabelecer alianças para, dentro de um movimento de libertação nacional, garantir o avanço ao socialismo. Dividia a burguesia nacional em três setores: os latifundiários argentinos, a burguesia comercial/intermediária e a burguesia industrial. Dessas, o terceiro esboçaria mais claramente as contradições com os interesses imperialistas, enquanto os dois primeiros manteriam alinhamento político ideológico com eles, na medida em que viviam da manutenção do sistema agroexportador (PUIGGRÓS, 1986b, p. 156). Em sua concepção, entre o capital nacional e o capital estrangeiro “sempre houve relações mútuas de ação e reação, coincidência e oposição, cujas alternativas se refletem na política, e, “ao ignorá-las ou negá-las, os esquerdistas ou pseudomarxistas” se tornavam “incapazes de se orientar”, manifestando “uma consequência já crônica nos velhos erros” (PUIGGRÓS, 1986a, p. 91)

Para Puiggrós, como já mencionado, a polêmica sobre a aliança com a burguesia nacional constituía, portanto, uma falsa polêmica, afinal “fora do movimento policlassista (e ainda mais contra ele) se condena ao isolamento e à esterilidade”, e ainda que nesse movimento algumas classes lutassem pelo socialismo e outras, pelo capitalismo, era dentro dele que a classe operária deveria “conquistar sua hegemonia”, garantindo a vitória do socialismo e da libertação nacional. Mas ainda assim, é importante ressaltar que, diferentemente do que interpretaram Caviasca (2009), Acha (2006) e Tortorella (2008),

Puiggrós não manteve em sua visão a defesa do etapismo e da revolução democrático-burguesa enquanto antessalas da revolução socialista, e sim a percepção de que, disputando os rumos dos movimentos policlassistas - anti-imperialistas ou de libertação nacional, oriundos das causas internas -, a hegemonia proletária garantiria o avanço desses ao socialismo. Afinal, ao longo de todo o texto de *Historia crítica*, o autor enfatizou a inexistência de resquícios feudais no modo de produção vigente na Argentina, e a plena inserção desse país na dinâmica das relações de produção capitalistas. Nesse sentido, não encontram respaldos na obra de Puiggrós os apontamentos de que ele, a exemplo dos partidos comunistas, reivindicava a etapa da revolução democrático-burguesa e o pleno desenvolvimento capitalista na Argentina enquanto passos prévios à revolução socialista.

Ao longo de seus escritos, Puiggrós também fez questão de destacar suas divergências com as demais correntes de esquerda ou marxistas alheias às orientações dos socialistas e comunistas argentinos.

Com relação aos pensadores da Força de Orientação Radical da Jovem Argentina (FORJA) – Raúl Scalabrini Ortiz, Arturo Jauretche, Juan José Hernández Arregui, Jorge del Río e outros -, reconheceu sua relevância ao denunciar todas as formas de imperialismo e entreguismo, bem como a firmeza na luta por resgatar a essência yrigoyenista do radicalismo, em detrimento do alvearismo conservador então preponderante. No entanto, ressaltou que essa corrente jamais reconheceu o papel revolucionário do proletariado, centrando esforços no destaque às reservas potenciais da burguesia e da pequena-burguesia numa perspectiva de luta pela emancipação nacional, mas que, sem ir além da denúncia intelectual da espoliação oligárquico-imperialista e sem encontrar a fórmula prática da mobilização do nacionalismo popular revolucionário, acabou desaparecendo (PUIGGRÓS, 1986c, p. 417-418). Em 1957, nas páginas da *Revista Qué*, Puiggrós travou debate contrapondo escritos de Arturo Jauretche sobre a natureza da frente de libertação nacional e os respectivos papéis da burguesia nacional e do proletariado nesta (PUIGGRÓS; JAURETCHE, 1957).

Também criticou, ao longo dos escritos, as teses centrais de Jorge Abelardo Ramos, dissidente do PS com papel central nas formulações da chamada *esquerda nacional*. Especificamente, atacou a visão exposta por Ramos em *Revolución y contrarrevolución en la Argentina*, onde creditou ao general Julio Argentino Roca o papel de um nacionalista democrático que lutou contra as oligarquias até ser traído por seu cunhado Celman – o qual teria substituído o nacionalismo roquista por um liberalismo prejudicial ao futuro do país. Dessa forma, Ramos indicava Roca enquanto continuador da obra dos caudilhos provinciais do passado, em luta intransigente contra a oligarquia portenha, e qualificava a fracassada

Revolução de 1890 enquanto contrarrevolucionária. No entanto, como apontou Puiggrós (1986a, p. 157), as teses de Ramos foram incapazes de perceber o processo de amansamento dos líderes das massas provinciais, iniciado “pelos ditadores portenhos e por Rosas, continuado por Mitre e completado por Roca, que fez daqueles dóceis instrumentos e sócios usufrutuários da oligarquia de Buenos Aires”. Da mesma forma, não deram conta de que, em suas duas presidências, Roca nada fez além de aplicar o mais puro liberalismo econômico, em defesa e proteção dos investidores estrangeiros e dos interesses oligárquicos.

Por fim, são evidentes também suas discrepâncias com o conjunto das teses que posteriormente se aglutinariam em torno das chamadas Teorias da Dependência. Afinal, Puiggrós alude desde o princípio à centralidade das causas internas e da inserção do movimento operário em um movimento policlassista que envolva a burguesia nacional, instrumentalizando-o em prol da luta pela libertação nacional e pelo socialismo. Os dependentistas, ao contrário, viriam a enfatizar a debilidade das burguesias nacionais latino-americanas e sua natureza preponderantemente contrarrevolucionárias, de certa forma se assemelhando, ainda que por meios distintos, com as teses dos comunistas argentinos, embora distantes das de outros partidos comunistas latino-americanos, como o brasileiro¹⁰. Inclusive, ao longo das páginas de *História crítica de los partidos políticos argentinos*, mesmo que destacando o comunista peruano José Carlos Mariátegui enquanto um “jovem e genial condutor e hoje glória do Peru e da América Latina” (PUIGGRÓS, 1986b, p. 169), fez questão de observar que suas teses sobre o papel reacionário e submisso ao imperialismo das burguesias nacionais latino-americanos não se apartavam, no geral, da “opinião sectária” dos comunistas argentinos (PUIGGRÓS, 1986b, p. 164)¹¹.

As ideias de Puiggrós vieram a ter imensa repercussão sobre os quadros dirigentes de

¹⁰ Nas orientações dos comunistas brasileiros também predominava a tese etapista da revolução democrático-burguesa, a ser realizada para aniquilar os restos feudais do país. No entanto, concedia importância à aliança com a burguesia nacional para a consecução dessa revolução. Assim, apesar de momentos de antagonismo e profunda disputa política com o varguismo, alinou-se a Getúlio no contexto da Segunda Guerra Mundial, assim como prestou apoio aos governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart, posteriormente. Importante notar que, no contexto de sua expulsão do Partido Comunista na década de 1940, Rodolfo Puiggrós se dirigiu ao Brasil para buscar maior contato com Luis Carlos Prestes (FRIEDEMANN, 2014). Em maio de 1945, a direção do PC argentino ordenou a não publicação no jornal partidário, *El Patriota*, do discurso realizado por Luís Carlos Prestes em São Januário, estádio do Clube de Regatas Vasco da Gama, dias após sua libertação da prisão, já que destaca a centralidade do nacionalismo e da luta anti-imperialista, na contramão da tese corrente dos comunistas argentinos (PUIGGRÓS, 1986c, p. 467).

¹¹ Ainda assim, Puiggrós destacou que na tese de Mariátegui, apresentada pelos comunistas peruanos na I Conferência Comunista Latino-Americana, de 1929, o autor indicou uma distinção importante da burguesia argentina perante as demais burguesias latino-americanas, já que “em países como a Argentina, onde existe uma burguesia numerosa e rica, orgulhosa do grau de riqueza e poder de sua pátria (...) o anti-imperialismo pode (talvez) penetrar facilmente nos elementos burgueses, mas por razões de expansão e crescimento capitalista e não por razões de justiça social e doutrina socialista como no nosso caso” (MARIÁTEGUI, 1929 *apud* PUIGGRÓS, 1986b, p. 166).

organizações políticas da *esquerda nacional*, principalmente da Juventude Peronista e dos Montoneros, que adotaram a via puiggrosiana de “*peronizar as esquerdas*, e desse modo *esquerdizar o peronismo*” (FRIEDEMANN, 2014, p. 100). Caviasca (2012) destacou que, assim como Puiggrós, os Montoneros também apontaram a necessidade da hegemonia proletária na condução do movimento de libertação nacional representado pelo peronismo, e foi nesse sentido que reivindicaram para si o papel de vanguarda capaz de garantir a supremacia desses interesses. Assim, duas das principais conclusões da obra de Puiggrós - de que a militância revolucionária não poderia se formar a partir da negação política dos movimentos populares, e tampouco se identificar de forma absoluta com o movimento, devido aos seus limites ideológicos burgueses e burocratizantes – foram plenamente incorporadas pela estratégia política da esquerda revolucionária peronista, ensejando disputas com as camadas burocráticas, lideranças sindicalistas e com o próprio Perón no seio do movimento peronista (CAVIASCA, 2012). Coincidentemente, Sergio, filho de Puiggrós, aderiu, como já mencionado, à guerrilha montonera, na qual acabou assassinado pelas forças repressivas do regime militar, e, após esse trágico desfecho, o próprio Rodolfo adentrou as fileiras do movimento.

6. Considerações finais

Passadas as análises da trajetória política e intelectual de Puiggrós, sua interpretação original sobre a evolução das contradições sociais na Argentina e a forma como se apresentaram a partir de movimentos nacional-populares, e, por fim, a crítica ao distanciamento das esquerdas argentina da questão nacional, podemos fazer um breve balanço que sintetize o significado e alcance de suas teses. Evidentemente, como já mencionado, em momento algum Rodolfo Puiggrós abandonou, fosse na sua produção intelectual ou em sua atuação política, sua perspectiva assumidamente marxista e o imperativo da busca pela libertação nacional de seu país. Seu rompimento com o Partido Comunista e com as interpretações oficialistas e dogmáticas dos setores hegemônicos no marxismo argentino representaram, assim, reflexo da própria compreensão elaborada por Puiggrós sobre a história política da Argentina, a partir dos pressupostos do método científico materialista dialético.

Consequentemente, formulou uma abrangente tese sobre a forma como se consolidou, ao longo do século XX, a contradição fundamental entre os interesses das classes sociais oriundas do desenvolvimento capitalista argentino, a burguesia industrial nacional e o proletariado, e aqueles das classes que viviam da manutenção de um modo de produção

parasitário, ainda que capitalista, predominantemente agroexportador e vinculado às demandas vitais dos imperialismos estrangeiros. Diante desse antagonismo, caberia às esquerdas a formulação de uma teoria e prática revolucionária que incidisse sobre os rumos do movimento policlassista que enfrentava os interesses oligárquicos e imperialistas, de forma a superar suas próprias limitações de classe e permitir à Argentina o avanço para o rumo do socialismo e da libertação nacional. Portanto, ao tempo em que a obra de Puiggrós constituiu uma original e muito bem fundamentada crítica marxista às teses abraçadas pelos partidos tradicionais da esquerda argentina diante da ascensão dos movimentos nacional-populares, os quais foram tachados de nazifascistas, também serviu como importante base teórica para as reflexões que culminaram no soerguimento prático e teórico de parte da chamada *esquerda nacional* argentina.

Sem qualquer dúvida, resgatar a minuciosa aplicação do método materialista dialético por Puiggrós para interpretar os fenômenos políticos propriamente nacionais, e inseri-la no debate mais amplo do processo de internalização do marxismo pelos movimentos populares e de esquerda latino-americanos, constitui, ainda hoje, importante tarefa. Mais do que importante, necessária, de forma a contribuir no esforço citado por Puiggrós de *assimilar do marxismo-leninismo não aquilo que tem de contingente e particular*, transpondo mecanicamente as análises emitidas por processos sociais estrangeiros sem as necessárias adaptações às realidades nacionais, *mas o que possui de necessário e universal*, ou seja, o método e a concepção de mundo capazes de conduzir as lutas populares ao caminho do desenvolvimento e libertação dos povos.

Referências

ACHA, Omar. **La nación futura: Rodolfo Puiggrós en las encrucijadas argentinas del siglo XX**. Buenos Aires: Eudeba, 2006.

CAVIASCA, Guillermo. **Rodolfo Puiggrós y la construcción del peronismo revolucionario**. 2012. Disponível em:

<<https://quedudarnoteparalice.blogspot.com/2012/11/rodolfo-puiggros-y-la-construccion-del.html>>.

DI TELLA, Torcuato. **História social da Argentina contemporânea**. Brasília: FUNAG, 2017.

ESCUDE, Carlos. “Un enigma: la ‘irracionalidad’ argentina frente a la Segunda Guerra Mundial”. **EIAL: Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, v. 6 n. 2, p. 5-33, 1995.

FRIEDEMANN, Sergio. “El marxismo peronista de Rodolfo Puiggrós: una aproximación a la izquierda nacional”. **Documentos de Jóvenes Investigadores - Instituto de Investigaciones Gino Germani**, v. 39, 2014.

_____. “La peronización de los universitarios como categoría nativa (1966-1973)”. **Folia Historica del Nordeste**, v. 29, p. 115-144, 2017.

_____. “La izquierda peronista de los años sesenta como fenómeno argentina de la llamada nueva izquierda”, *Tempo & Argumento*, 10 (24): 484-509, 2018.

HERRERA, Carlos Miguel. “El Partido Socialista de la Revolución Nacional, entre la realidad y el mito”. **Revista Socialista**, v. 5, 2011.

_____. “Socialismo y ‘revolución nacional’ en el primer peronismo: el Instituto de Estudios Económicos y Sociales”. **EIAL: Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, v. 20, n. 2, p. 89-114, 2009.

JAURÉGUI, Aníbal. “El peronismo en los debates del Partido Comunista Argentina (1945-1953)”. **A Contracorriente**, v. 9, n. 3, p. 22-40, 2012.

MYERS, Jorge. “Rodolfo Puiggrós, historiador marxista-leninista: el momento de Argumentos”. **Prismas: revista de historia intelectual**, v. 6, p. 217-230, 2002.

NEWTON, Ronald C. “The United States, the German-Argentines, and the Myth of the Fourth Reich, 1943-1947”. **Hispanic American Historical Review**, v. 64, n. 1, p. 81-103, 1984.

PUIGGRÓS, Adriana. **Rodolfo Puiggrós: retrato familiar de un intelectual militante**. Buenos Aires: Taurus, 2010.

PUIGGRÓS, Rodolfo. **De la colonia a la revolución**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1986.

_____. **Historia crítica de los partidos políticos argentinos (I)**. Buenos Aires: Hyspamérica Ediciones Argentina, 1986.

_____. **Historia crítica de los partidos políticos argentinos (II)**. Buenos Aires: Hyspamérica Ediciones Argentina, 1986.

_____. **Historia crítica de los partidos políticos argentinos (III)**. Buenos Aires: Hyspamérica Ediciones Argentina, 1986.

_____. **Los caudillos de la Revolución de Mayo**. 1ª edición [1942] Buenos Aires: Corregidor, 1971.

_____. **Rosas el pequeño**. 1ª edición [1944]. Buenos Aires: Perennis, 1953.

SCHULMAN, J. E. “Algunos de los debates comunistas ante el surgimiento del peronismo y las elecciones de 1946”. **Periferias**, v. 9, 2001.

PUIGGRÓS, Rodolfo; JAURETCHE, Arturo. Rodolfo Puiggrós. **Polémica entre Rodolfo Puiggrós y Arturo Jauretche**. Disponible em: <<https://www.elhistoriador.com.ar/polemica-entre-rodolfo-puiggros-y-arturo-jauretche/>>.

TORTORELLA, Roberto Luis. “Dilemas y tareas del revisionismo de izquierda: Rodolfo Puiggrós, el fenómeno peronista y el rol del intelectual revolucionario en la Argentina”. **Prismas**, v. 12, n. 12, p. 87-108, 2008.